

# Projeto

## Conexão Local - ANO I

### Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar

Belo Horizonte - MG

Cibele Andrielli de Araújo  
Maria Fernanda Alessio

**Tutor:** Marco Antonio Teixeira

2005

# Projeto Conexão Local

## Índice

1. Apresentação .....	2
2. Eixo 1 - Incentivo à Produção de Alimentos Básicos .....	4
2.1. Direto da Roça .....	4
2.2. Hortas Escolares e Comunitárias .....	7
2.3. Feira Orgânica .....	8
2.4. Armazém da Roça .....	11
3. Eixo 2 - Regulação do Mercado de Alimentos .....	12
3.1. Abastecer .....	12
3.2. Comboio do trabalhador .....	15
3.3. Cestão Popular .....	16
3.4. Feiras Livres, Feiras Modelo e Mercados Distritais .....	18
4. Eixo 3 - Programas de Defesa e Promoção do Consumo Alimentar .....	19
4.1. Educação para o Consumo .....	19
4.2. Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição .....	20
4.3. Restaurantes Populares e Refeitórios .....	21
4.4. Distribuição de Cestas Básicas .....	24
4.5. Alimentação Escolar e Assistência Alimentar .....	24
4.6. Banco de Alimentos .....	27
5. Conselho Municipal de Segurança Alimentar .....	28
6. Considerações finais .....	30
7. Sobre a experiência .....	32
8. Anexos .....	33
8.1. Bibliografia .....	33
8.2. Organograma da SMAB .....	34
8.3. Relação dos Entrevistados .....	35



## 1. Apresentação

A experiência ocorre em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. A cidade possui atualmente 2,3 milhões de habitantes e, com outros 33 municípios vizinhos, forma a sua Região Metropolitana, totalizando 4,8 milhões de habitantes<sup>1</sup>. Como resultado da intensa conurbação, Belo Horizonte não dispõe de áreas para o plantio de produtos agrícolas; assim, os municípios vizinhos ganham importância central para o sucesso da política de abastecimento alimentar.

A Política Municipal de Abastecimento tem origem nas discussões acerca da fome, surgidas por volta de 1992, quando o Movimento pela Ética na Política<sup>2</sup> atuou fortemente na sensibilização da população brasileira. Em janeiro de 1993, com a vitória da Frente BH Popular<sup>3</sup> nas eleições municipais, foi criada uma comissão de estudos<sup>4</sup> para elaborar a proposta de criação da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB).

A SMAB foi criada em 1993<sup>5</sup>, com o objetivo de unificar as políticas de abastecimento da Prefeitura e criar programas inovadores para combater a fome no município. A criação deste órgão deixa clara a prioridade dada ao abastecimento de alimentos pelo poder executivo municipal, vendo-o sob a perspectiva da Segurança Alimentar<sup>6</sup>, questão que ganhou grande visibilidade no país durante a mobilização da sociedade civil e do governo federal na campanha da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida<sup>7</sup>.

<sup>1</sup> Os dados foram obtidos no site do Governo Estadual de Minas Gerais ([www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br)).

<sup>2</sup> Formado para pedir o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, o Movimento mobilizou toda a sociedade brasileira e foi o embrião da Ação da Cidadania.

<sup>3</sup> Plataforma política do candidato Patrus Ananias (PT) que propunha a criação de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional para Belo Horizonte.

<sup>4</sup> Tal Comissão era formada por um grupo de economistas, assistentes sociais, educadores, profissionais de saúde e militantes, além dos funcionários do Departamento de Abastecimento da Secretaria de Atividades Urbanas.

<sup>5</sup> Lei Municipal nº 6.352 de 15/07/1993.

<sup>6</sup> O princípio de Segurança Alimentar foi desenvolvido pela Food and Agriculture Organization (FAO), órgão das Nações Unidas, e visa assegurar a todos o acesso à alimentação de qualidade. A alimentação é vista como um direito que, uma vez garantido, resulta na ampliação da cidadania alimentar de toda a população.

<sup>7</sup> Movimento mais conhecido como “A Campanha do Betinho contra a Fome”, foi criado em junho de 1993. Começou arrecadando alimentos para distribuí-los à população de baixa renda do país; logo, ganhou proporções e ampliou suas atividades, promovendo ações concretas de combate à miséria.

# Projeto Conexão Local

Para viabilizar a atuação da Secretaria, a compra de gêneros alimentícios e de produtos básicos de higiene para todo o município foi centralizada nesse órgão. Desse modo, foi possível racionalizar o estoque e distribuição dos produtos, além de permitir a redução no preço, uma vez que apenas a SMAB se tornava, então, responsável pela compra (por intermédio de licitação, que tem como critério maior desconto, e não o menor preço) de todos os gêneros alimentícios utilizados pela gestão pública municipal<sup>8</sup>.

O quadro de pessoal da Secretaria apresenta atualmente cerca de 130 funcionários (efetivos e comissionados) e 140 terceirizados. Os programas da SMAB são articulados com outros órgãos públicos, com a iniciativa privada e também com a sociedade civil, o que diminui a necessidade de contratações diretas para o seu quadro de funcionários. Seu orçamento é enxuto, representando cerca de dois por cento do orçamento do Tesouro Municipal, algo em torno de 12 milhões de reais por ano. Desde 1995, um terço desse valor é composto pelo repasse de verbas do Fundo da Merenda Escolar<sup>9</sup>.

A Secretaria coordena, regula e supervisiona a política de abastecimento de Belo Horizonte a partir de diversos programas, divididos em três eixos de atuação: 1) Incentivo à Produção, 2) Comercialização e Regulação do Mercado e 3) Defesa e Promoção do Consumo Alimentar. Procura, dessa forma, reduzir os desequilíbrios entre o padrão de produção, comercialização e consumo, bem como do acesso de toda a população à alimentação de qualidade. Os programas serão apresentados a seguir.

---

<sup>8</sup> A simplificação desse processo se deve à criação de uma Comissão Interna de Registro de Preços e Licitações, que permitiu à Secretaria obter maior flexibilidade nos procedimentos de compra.

<sup>9</sup> Tais recursos são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE), do Governo Federal.

## 2. Eixo 1 - Incentivo à Produção de Alimentos Básicos

Os programas do primeiro eixo têm, como principal objetivo, facilitar o acesso direto aos pequenos produtores a pontos de comercialização de produtos alimentícios básicos. São programas que contribuem para a geração de renda, educação e incentivo ao consumo de hortifruti<sup>10</sup> em escolas municipais, acesso do cidadão a produtos de qualidade e formação de uma cultura de associativismo (já que, para participarem dos programas, os produtores precisam estar organizados em associações). Outra característica destes programas são as parcerias existentes entre a SMAB e outros órgãos públicos, setor privado e sociedade civil. Esses vínculos garantem maior interlocução entre os diversos atores sociais. Um exemplo é a parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) que visa garantir o controle de qualidade aos produtos comercializados. Os objetivos centrais dos programas que compõem este eixo serão analisados adiante.

### 2.1. Direto da Roça

A cidade de Belo Horizonte não é um centro de produção agrícola; isso se deve, principalmente, à falta de espaço físico. Como consequência, sua população é abastecida principalmente por produtores de municípios da Região Metropolitana; entretanto, algumas dessas áreas de produção localizam-se a mais de 70 Km do mercado consumidor. Diante dessa realidade, surgiu a figura do atravessador, muito conhecida entre os pequenos agricultores (sobretudo os que não têm condições logísticas nem pontos de venda para operar diretamente na capital). O atravessador é um comerciante que adquire produções inteiras diretamente dos produtores e as revende no centro consumidor. A maior parte do lucro da operação é retida pelo intermediário. Os produtores encaram os atravessadores como um “mal necessário” e afirmam que é graças a estes, que se torna possível vender o que produzem.

<sup>10</sup> Hortaliças (folhas, flores, hastes, frutos, raízes, bulbos, tubérculos e rizomas).



# Projeto Conexão Local

Sensível a esta realidade, a SMAB criou em 1994 o Direto da Roça, um programa que visa eliminar a figura do atravessador e auxiliar a comercialização da produção familiar, além de garantir, ao consumidor, produtos de qualidade a preços regulados<sup>11</sup>.

O acesso a esses produtores só foi possível a partir da intermediação entre a SMAB e a EMATER-MG<sup>12</sup>, já que estão localizados fora do território de atuação da Prefeitura de Belo Horizonte. Estas parcerias são de extrema importância ao programa, pois garantem aos produtores o acesso ao conhecimento técnico na área de produção e comercialização.

Para participarem do programa é necessário que os produtores sejam cadastrados; após o cadastro, técnicos da EMATER e da SMAB visitam as produções para averiguar se estão dentro dos padrões de qualidade e higiene adotados pelo programa (o uso excessivo de agrotóxicos, por exemplo, não é permitido). Além disso, é verificado se a produção é, de fato, pequena e familiar. O próximo passo é solicitar às administrações regionais a liberação de pontos estratégicos de venda; o produtor é responsável pelas barracas e deve pagar à Prefeitura uma anuidade de R\$15,15 por barraca utilizada.

Os produtos vendidos nas barracas são basicamente hortifruti, biscoitos e doces caseiros. O programa alcançou uma dimensão tal que alguns dos consumidores já substituíram produtos comprados anteriormente em grandes supermercados e dizem confiar na qualidade do Direto da Roça, além de considerarem os preços atrativos.

---

<sup>11</sup> No início do programa, era necessário que os produtores seguissem uma tabela determinada de preços para evitar abusos. Entretanto, segundo relato de um técnico da Secretaria, já não há mais necessidade de se fazer esse controle, pois ele ocorre naturalmente devido à concorrência com mercados e feiras: "Eles são reféns. Se o preço for muito alto, param de produzir".

<sup>12</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

# Projeto Conexão Local

O programa conta hoje com 32 produtores. Neide Amorim, produtora de doces caseiros do município de Moeda (60 Km da capital), ressalta a importância do programa para sua família. As vendas por meio do Direto da Roça são sua única fonte de renda; antes do programa, ela vendia para atravessadores e tinha uma margem de lucro muito reduzida.

O programa apresenta algumas distorções atualmente em razão da falta de acompanhamento do mesmo por parte da Secretaria. Alguns pequenos produtores cresceram com a ajuda do Direto da Roça e continuaram contando com o apoio do poder público. Vantuil Bahia da Rocha, um dos integrantes do programa, disponibiliza sua propriedade para que três meeiros cuidem de toda a produção, vendida no ponto cedido pela SMAB. Vantuil deixou de ser um pequeno produtor; ainda assim, continua membro do Direto da Roça, o que acaba por descaracterizar o programa. Este deixa de acolher pequenos produtores, que nunca fizeram parte do programa, para continuar ajudando aqueles que já não necessitam do apoio do poder público.

A Associação dos Produtores do Direto da Roça, criada para facilitar o canal de comunicação com o poder público, também apresenta alguns problemas. Durante a visita de campo, as eleições para presidente da Associação estavam próximas; ao serem informados sobre a realização das mesmas, funcionários da Secretaria relataram que tais eleições eram meramente formais, já que apenas dois associados revezavam o cargo.

Além disso, diversos produtores que participam do programa não contam com um apoio do poder público no que diz respeito ao transporte de suas mercadorias. Desse modo, aqueles que não possuem condição alguma de transportar suas mercadorias, não podem participar do programa.





## 2.2. Hortas Escolares e Comunitárias

Este programa existe desde 1994 e objetiva estimular o auto-abastecimento alimentar, incentivando a implantação de hortas em escolas municipais e em comunidades. É uma iniciativa que visa modificar o hábito alimentar dos participantes do programa, fortalecer a ação comunitária e desenvolver técnicas de agricultura urbana. Em alguns casos é possível, inclusive, a comercialização de parte da produção como forma de geração de emprego e renda.

Este programa também conta com apoio de técnicos da EMATER-MG, que além de acompanhar cada uma das hortas, distribuem cartilhas informativas (elaboradas especificamente para este programa), ensinam técnicas de plantio sustentáveis e orgânicas e conscientizam a população sobre a importância de se consumir alimentos hortifruti. Para ser implementado, é necessário que escolas ou associações procurem a Secretaria; os técnicos visitam o local e a SMAB fornece as sementes, mudas e suplementos. Grande parte das ferramentas de plantio utilizadas foi adquirida com recursos do Governo Federal por meio do programa Fome Zero, outras foram doadas pela Tramontina. O programa também conta com o apoio da Secretaria Municipal de Educação (que permite a utilização dos espaços nas escolas e incentiva professores a trabalharem e ensinarem nas hortas), das associações comunitárias e da Superintendência de Limpeza Urbana (que fornece um composto orgânico, produzido a partir dos resíduos recolhidos em feiras, mercados e restaurantes, para ser utilizado como adubo).

No caso específico das hortas escolares, a produção é utilizada como forma de complementação da merenda escolar. De acordo com relatos de merendeiras e educadores, em escolas onde a produção conta com a participação dos alunos, o consumo de hortifruti aumentou consideravelmente, pois os alunos sentem prazer de se alimentar com produtos produzidos por eles próprios.

Dentre as hortas comunitárias implantadas, a mais recente está em funcionamento na regional Barreiro, uma das mais carentes de Belo Horizonte. Para que ela fosse criada, a SMAB conseguiu um fundo no valor de 60 mil reais por intermédio da Fundação Banco do Brasil.





O local escolhido para a criação dessa horta pertence à Polícia Civil, que cedeu o espaço por acreditar que o programa contribuiria para a diminuição da violência na região. Esta horta é fruto de um programa facilitado pelo poder público, mas que conta com a participação ativa da comunidade. Por ter sido implementada recentemente, ainda não apresenta resultados concretos; entretanto, espera-se que seja sustentável e que gere emprego e renda aos doze associados.

Um outro exemplo de horta comunitária é o da horta do Ribeiro de Abreu, um bairro carente da periferia de Belo Horizonte. A organização responsável por essa horta é o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA), cujos membros participam e organizam fóruns de discussão sobre Agricultura Urbana; os conselheiros têm inúmeros parceiros, entre eles o poder público, associações sem fins lucrativos e organizações privadas. Para o Conselho, a horta é fundamental para unir e mobilizar a comunidade. Alguns de seus membros têm algumas críticas à Secretaria, pois atualmente ela não realiza nenhuma ação junto à horta. Todos os insumos e apoio técnico são adquiridos juntos a parcerias próprias da comunidade; esta horta tornou-se independente do apoio do poder público.

A importância da Secretaria está no estímulo à implantação de hortas por meio do fornecimento de materiais, insumos e orientação dos técnicos. Espera-se que, a partir daí, seja estimulada também a participação da comunidade para que outras hortas tornem-se independentes como a do Ribeiro de Abreu.

### 2.3. Feira Orgânica

Esta Feira é um dos programas mais novos da Secretaria. Teve início em 2001 e possui como principal objetivo atender às demandas de determinados setores sociais, cuja preferência de consumo dá-se em função da existência de produtos diferenciados e não de seu preço.



# Projeto Conexão Local

Durante sua fase de planejamento, houve uma discussão sobre como a SMAB e os produtores poderiam garantir aos consumidores que os produtos seriam, de fato, orgânicos (sem aditivos químicos) e quais critérios poderiam ser utilizados para a entrada de produtores na Feira. Para resolver esses questionamentos, a Secretaria estabeleceu um convênio com a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA), entidade responsável pelo cadastro dos produtores orgânicos. Para serem cadastrados, é necessário que passem por um processo de certificação de produção orgânica, no qual algumas características como utilização de fertilizantes, qualidade da água e até mesmo remédios ingeridos por animais, cujo esterco será utilizado, são examinadas.

Após esse processo, a Secretaria cede pontos de venda, estrategicamente escolhidos, aos produtores, e como contrapartida, os preços de venda são controlados. Primeiramente faz-se uma média dos preços no varejo e, em seguida, é dado um desconto negociado com os produtores em relação a esta média, de modo que eles ganham mais do que se vendessem como atacadistas. Técnicos da EMATER-MG também visitam as propriedades para garantir que estas estão de acordo com as normas de qualidade e higiene adotadas pela SMAB. O próximo passo é a participação, dos produtores, na Associação dos Produtores Orgânicos como forma de facilitar a comunicação com o poder público e discutir melhores técnicas para este tipo de produção.

Há um grande questionamento a respeito dos preços dos produtos orgânicos. Alguns produtores afirmam que para seguir todas as regras que as certificadoras exigem, há um aumento significativo no custo do produto, sem que haja garantias de uma produção regular durante o ano. Por outro lado, há quem afirme que isso não passa de um mito, pois o que mais encarece a produção convencional é a utilização de fertilizantes e agrotóxicos. Como este tipo de produto não é utilizado pelos produtores orgânicos, o custo necessário para a certificação é compensado.



# Projeto Conexão Local

Os produtores declaram que, no início do programa, as vendas eram menos expressivas, pois a população conhecia pouco as vantagens deste tipo de produto; hoje, os benefícios de orgânicos são mais difundidos e as vendas têm aumentado de forma significativa. Os consumidores parecem satisfeitos. Muitos já substituíram alguns produtos convencionais buscando melhor qualidade de vida. Eles relatam que há uma diferença expressiva no cheiro, gosto e prazo de validade de produtos orgânicos em comparação com os produtos convencionais e que, independentemente do preço, os orgânicos são preferidos.

Existe um consenso entre os produtores sobre o abuso dos preços cobrados pelas certificadoras para a emissão regular de certificado. Este é um grande problema do programa, uma vez que, com essa exigência, os pequenos produtores têm dificuldades para participar do mesmo. Dos dez atuais participantes das feiras orgânicas, apenas dois são produtores familiares que dependem da feira para geração de renda; os demais são empresários ou técnicos que não dependem diretamente do poder público para escoar sua produção.

É notável o número de produtores que seguem as normas para produção de orgânicos, mas não têm condições financeiras para adquirir a certificação, o que os impede de fazer parte do programa. Em conversa com uma líder do Acampamento Pastorinhas, localizado em Brumadinho (cidade próxima a Belo Horizonte), foi relatado que a produção do acampamento é totalmente orgânica. No entanto, não há condições de adquirir a certificação e o escoamento da produção é realizado por atravessadores. A líder também afirmou que não há motivos para o alto custo das certificações e acredita que a explicação para tal questão é o fato de o setor agrícola de produtos orgânicos ser fortemente fechado às pequenas produções. Os acampados têm grande crítica ao



programa da Secretaria por esse motivo; argumentam dizendo que, se a certificação é uma exigência por parte da SMAB, deveria haver uma forma de facilitar o acesso à mesma pelos produtores familiares.

## 2.4. Armazém da Roça

Este programa é desenvolvido por intermédio de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e associações e cooperativas de produtores de todo o estado. Iniciado em 1996, visa criar pontos de comercialização, em Belo Horizonte, de produtos caseiros, tais como doces e artesanatos.

Para participar do programa, as associações ou cooperativas devem procurar a SMAB. Os técnicos da EMATER-MG são responsáveis pela realização do controle de qualidade e higiene da produção. Além disso, é verificado se, de fato, os produtores são caracterizados como pequenos produtores e utilizam mão-de-obra familiar.

A produção é entregue pelos participantes do programa sob consignação. Funcionários são contratados e treinados pela SMAB para trabalharem como vendedores nos pontos do programa, os quais foram escolhidos estrategicamente de forma a atender à demanda; estão localizados na Rodoviária do município, na Secretaria Municipal da Fazenda e no Mercado Santa Teresa. Existem, ainda, alguns pontos itinerantes. Ao final de cada mês, a Secretaria presta contas às associações e cooperativas, repassa as receitas e retém uma porcentagem, que pode chegar a 30% do total das vendas, para pagamento dos funcionários.

Atualmente, 28 associações e cooperativas fazem parte do Armazém da Roça, totalizando aproximadamente 750 produtores. Os principais produtos comercializados são: doces e compotas, mel, biscoitos, toalhas, grãos, colchas, produtos de pedra-sabão, bonecas de pano, entre outros.



O Armazém da Roça, além de um programa de geração de emprego e renda e incentivo ao associativismo, é responsável pela valorização da cultura de localidades do interior de Minas Gerais, cultura que poderia se perder caso não houvesse o envolvimento do poder público para facilitar o comércio, incentivar a produção e valorizar um tipo de produto que é, segundo uma funcionária do programa, “economicamente responsável, socialmente justo e ecologicamente sustentável”. Além de buscar produtos naturais, muitos consumidores valorizam o programa por sua característica de manter esta cultura tradicional na qual grande parte da população de Belo Horizonte esteve ou está inserida. É a chamada “Cultura da Roça”.

### 3. Eixo 2 - Regulação do Mercado de Alimentos

Os programas que compõem este eixo consistem em ações do poder público na comercialização de produtos básicos. São programas que contam com a parceria da iniciativa privada e objetivam a regulação dos preços de mercado bem como a comercialização de produtos de qualidade, por meio do aumento da competitividade. De modo geral, a operacionalização dos programas é realizada a partir de concessões, a comerciantes, de pontos de venda de produtos que podem ter ou não seus preços controlados. Estes programas têm ainda uma função indireta de geração de emprego e renda, dado que há um número significativo de funcionários trabalhando nos estabelecimentos. Em todos os pontos de venda há controle de qualidade e higiene dos produtos e dos serviços prestados, tal controle é realizado por fiscais da SMAB. Cada um dos programas apresenta características particulares que serão apresentadas a seguir.

#### 3.1. Abastecer

O Abastecer existe desde 1993 e objetiva comercializar, nos “sacolões”, produtos hortifrutí em pontos fixos na cidade. As Regionais Administrativas do município escolhem locais estratégicos, preferencialmente de maior circulação de pessoas, onde serão instalados os pontos de venda. Após essa fase, há um processo licitatório para a definição dos permissionários que irão utilizar o espaço público.



# Projeto Conexão Local

É importante destacar que estes permissionários não são produtores rurais. Diferentemente do Direto da Roça, os sacolões funcionam como mercados comuns, onde o comerciante apenas revende produtos adquiridos, em sua maioria, na CEASA-MG.

Após este processo, os permissionários são responsáveis pela estrutura física do local e se comprometem a ter o preço de seus produtos regulados pela Secretaria. Atualmente, a exigência é que cada um dos pontos de venda tenha ao menos vinte produtos por R\$ 0,59 o quilo (valor geralmente mais baixo do que o preço dos mercados convencionais); os fiscais conferem, periodicamente, se esta regra está sendo cumprida.

O maior impacto do programa está na regulação dos preços de mercado em geral. Nos locais em que o Abastecer foi instalado, percebe-se uma queda razoável no preço dos produtos de outros estabelecimentos, pois estes se sentem obrigados a vender também uma média de vinte produtos a R\$0,59.

Segundo relatos dos consumidores, geralmente os produtos são de boa qualidade, embora em alguns pontos a qualidade não seja a mesma. Quanto a isso, os técnicos da SMAB relatam que é exigido um mínimo de qualidade e que depende do permissionário comprar e revender produtos melhores.

Outro aspecto interessante neste programa é sua interlocução com o Direto da Roça. Na maioria dos casos, há uma barraca de produtor do Direto da Roça que comercializa seus produtos ao lado de um Abastecer. Segundo relatos dos produtores e dos permissionários, esta associação entre os programas agrega valor aos produtos de ambos. A marca do Direto da Roça é muito conhecida pelos seus produtos naturais, entretanto, a variedade é restrita (folhas, doces caseiros e biscoitos). Dessa forma, a associação com o Abastecer torna-se uma alternativa para aumentar a diversidade dos produtos. Há um acordo verbal entre produtores do Direto da Roça e permissionários do Abastecer no que se refere a quais serão os produtos vendidos por cada um deles. De modo geral, os sacolões não vendem folhas, por exemplo.





# Projeto Conexão Local

Há alguns casos em que este acordo foi quebrado e os permissionários passaram a vender folhas. Esta discussão já foi levada à Associação do Direto da Roça e eles estão pressionando o poder público para que este proíba, via projeto de lei, que os permissionários vendam determinados tipos de produtos. Nestes pontos é possível perceber certa concorrência entre os programas, o que, na realidade, só os enfraquece, uma vez que esta interlocução beneficia a ambos.

O programa possui, atualmente, 21 pontos de comercialização. Esta marca tornou-se tão conhecida pelos consumidores que um grande número de sacolões faz uso dela sem, no entanto, participarem efetivamente do programa. Esses comerciantes estampam nas paredes de seus estabelecimentos o nome Abastecer e vendem os vinte produtos a R\$0,59. De acordo com os técnicos da Secretaria, este fato acaba sendo um problema, pois não há, nesses mercados, nenhum tipo de controle de qualidade ou higiene e os consumidores os associam à Prefeitura e reclamam do serviço prestado. Até agora, nenhuma providência para punir ou regularizar as atividades destes comerciantes foi tomada.

Vale ressaltar que o objetivo do Abastecer não é atingir os moradores dos bolsões de pobreza. Questionados a respeito deste fato, os técnicos e gerentes da Secretaria são enfáticos ao afirmar que o Abastecer não se sustenta nos locais em que a população possui baixos rendimentos. Algumas experiências foram realizadas e os sacolões acabaram falindo porque a população local não tinha condições financeiras de adquirir tais produtos. Esses técnicos e gerentes admitem que nestes locais ainda é necessário que haja algum tipo de programa assistencialista para suprir, no curto prazo, as necessidades básicas da população.





## 3.2. Comboio do trabalhador

Este programa funciona da mesma forma que o Abastecer. Há um processo licitatório para definir os permissionários que utilizarão o espaço público para comercializar produtos hortifrutí. Os aprovados submetem-se às fiscalizações de higiene e qualidade dos produtos, bem como regulam seus preços aos determinados pela SMAB. A diferença é que os permissionários do Comboio utilizam os pontos mais rentáveis na cidade, tais como os do centro. Como contrapartida, são obrigados a se deslocarem, aos finais de semana, para a periferia da cidade.

Os técnicos da Secretaria acreditam que este programa permite a um maior número de pessoas obter acesso a produtos mais baratos. Segundo relatos de consumidores, quando o Comboio instala-se em determinado local, os comerciantes do entorno são obrigados a reduzir seus preços. Os permissionários afirmam que, normalmente, têm prejuízo nas vendas aos finais de semana; por outro lado, reconhecem a função social do programa e admitem que a renda adquirida nos outros pontos compensa este prejuízo.

Da mesma forma que o Abastecer, este também é um programa que não atinge os bolsões de pobreza. Os interlocutores da Secretaria afirmam que é muito difícil levar um Comboio em regiões muito pobres, pois, de modo geral, são locais muito violentos, nos quais os permissionários se instalariam poucas vezes, o que não seria suficiente para criar uma relação de identidade com as comunidades. A SMAB acredita que programas como o Cestão Popular são mais adequados a estes locais. Tal programa é apresentado a seguir.



### 3.3. Cestão Popular

O Cestão Popular é um programa que existe desde 1995 e tem como beneficiária a população mais carente do município. Consiste na comercialização de produtos básicos alimentícios, de higiene e de limpeza, tais como arroz, feijão, sabonete, detergente, etc. O diferencial deste programa é que a venda é realizada apenas para pessoas previamente cadastradas, com renda mensal de até dois salários mínimos, e os preços são subsidiados pelo poder público. A SMAB compra os produtos por meio de licitação e os revende quinzenalmente, em determinados pontos pré-estabelecidos.

Atualmente, são 22 os pontos de venda, todos localizados em bolsões de pobreza. Para que os produtos possam ser comercializados, as associações de bairro procuram a Secretaria e disponibilizam um ponto para a revenda. Ônibus adaptados ou caminhões da SMAB transportam os produtos aos bairros onde serão comercializados.

Uma característica importante do programa é a de sua contribuição para a regulação de preços, ainda que de uma forma diferenciada. Nos dias em que os caminhões e ônibus estão nos bairros, os estabelecimentos privados precisam reduzir seus preços para vender seus produtos. Ao contrário do Abastecer ou do Comboio, esta regulação não é tão saudável, dado que, como os preços do Cestão são subsidiados, os comerciantes locais não conseguem sustentar valores semelhantes. Sabendo disso, mas sem desconsiderar a necessidade do programa para a comunidade, a Secretaria estabeleceu que os produtos seriam vendidos apenas quinzenalmente e de acordo com cotas pessoais de quantidade por produto.

Aparentemente, o programa tem um caráter assistencialista; alguns dos produtos são vendidos a aproximadamente 40% do preço de mercado. Apesar disso, os técnicos acreditam que algumas regiões de Belo Horizonte ainda precisam de políticas compensatórias como esta. Se este fosse um programa isolado, poderia ser amplamente criticado por seu caráter assistencialista, pois não está estruturado com iniciativas de geração de emprego e renda. Analisado, no entanto, sob o ponto de vista de Segurança Alimentar adotado pela SMAB, que trabalha com o eixo da produção aliado à educação para o consumo e à regulação do mercado, o Cestão Popular ganha importância, dado o contexto social em que o público-alvo se encontra.



# Projeto Conexão Local

Algumas críticas, entretanto, se fazem necessárias. O Cestão está passando, atualmente, por um problema sério de violência. Moradores dos próprios bairros, ou seja, beneficiários do programa, já renderam funcionários para assaltar a caixa registradora dos ônibus. Uma explicação possível para o fato de os próprios moradores dos bairros serem responsáveis por essa violência é a falta de identificação com o programa. A situação chegou a tal ponto que, os ônibus e os caminhões precisam de escolta policial para levarem os produtos à população. Os oficiais precisam acompanhar todo o processo de comercialização dos produtos para evitar qualquer problema que algum membro da comunidade possa causar.

O gerente do Cestão relatou a existência significativa de participação popular, pois a ligação entre os funcionários e líderes comunitários é expressiva. Há, de fato, uma aproximação com os líderes comunitários; no entanto, na maioria das vezes, estes líderes não representam a comunidade. O que existe é uma relação de proximidade entre dois ou três funcionários do programa e este líder, enquanto o restante da população não conhece o Cestão e não percebe a sua real importância. A SMAB justifica este fato argumentando que, se o líder não representa a comunidade, o problema é a falta de mobilização da população. De fato, eles não estão de todo errados, mas o poder público poderia incentivar a criação de canais de interlocução para que a comunidade e a Secretaria pudessem, juntos, discutir questões e chegarem aos consensos necessários.

Outra crítica é quanto ao processo de cadastramento dos beneficiários. Em relatos, os consumidores afirmam não serem cadastrados e não saberem desta necessidade. É fundamental que somente famílias realmente carentes tenham acesso a estes produtos, pois, afinal, é o recurso público que está sendo utilizado, na forma de transferência de renda por meio de gêneros alimentícios e outros produtos básicos. A ausência de cadastro possibilita que a função do programa seja desvirtuada e permite que se conceda benefícios a quem não precisa deles.



### 3.4. Feiras Livres, Feiras Modelo e Mercados Distritais

Em Belo Horizonte, existem cerca de 50 Feiras Livres, que consistem no uso do espaço público por permissionários mediante pagamento de uma taxa anual à Prefeitura. Nessas Feiras não há controle de preços e praticamente não há controle da qualidade dos alimentos. Além das Feiras Livres, existem quatro pontos de Feiras Modelo, que funcionam no período noturno, a partir das 17h, de quarta a sexta-feira. Nestes locais é oferecida, também, uma opção de lazer gastronômico, uma vez que são comercializadas refeições prontas, salgados, tira-gostos e bebidas, o que dá às Feiras um caráter de “ponto de encontro”.

Assim como a Feira Orgânica e outras Feiras Livres do município, as Feiras Modelo também pagam uma taxa anual pelo uso do espaço público e devem cumprir uma série de normas e procedimentos da vigilância sanitária. Um grande problema para os comerciantes destas feiras está no fato de comercializarem quantidades reduzidas de hortifruti, o que dificulta a concorrência com supermercados e sacolões públicos ou privados.

Os Mercados Distritais foram criados pela Prefeitura há cerca de 30 anos, com o intuito de descentralizar o comércio de hortifrutigranjeiros e eram administrados pela Prefeitura e pela CEASA-MG. Ao todo, existem três Mercados no município, cujos custos de implantação foram altíssimos, o que obrigava os comerciantes a cobrarem altos preços por seus produtos. Dessa forma, os mercados deixam de beneficiar boa parte dos comerciantes, uma vez que somente os com melhores condições puderam instalar-se nesses espaços.

Atualmente, os Mercados Distritais assumiram outro perfil. Contam com poucos comerciantes, cuja maioria está no Mercado desde seu surgimento e não consegue vender todos os seus produtos, em função dos preços altos e da concorrência com os programas Abastecer e Direto da Roça, principalmente. A Secretaria ainda não adotou nenhuma medida para amenizar esta concorrência; sua atuação, em relação a esses feirantes, se resume à fiscalização dos produtos.



Além de feiras, existem nesses mercados unidades do Armazém da Roça, o Banco de Alimentos, lojinhas de variedades, mini-mercados, etc.

## 4. Eixo 3 - Programas de Defesa e Promoção do Consumo Alimentar

Enquanto os outros programas da Secretaria estão voltados à produção de alimentos e à regulação do preço de mercado, no sentido de oferecer alimentos mais baratos e de qualidade à população, principalmente às pessoas de baixa renda, os programas do terceiro eixo atendem às necessidades emergenciais da população, numa perspectiva de combate à fome e à desnutrição. Os programas também atuam na conscientização e orientação quanto ao consumo adequado dos alimentos, conforme os princípios de Segurança Alimentar e Nutricional.

### 4.1. Educação para o Consumo

Desde seu surgimento, a SMAB possui uma preocupação em orientar a população acerca do aproveitamento dos alimentos, seu valor nutricional, formas alternativas de consumo, noções de higiene, formas adequadas de armazenamento, entre outros, de forma a promover hábitos alimentares saudáveis e nutritivos.

Para tanto, distribui uma série de cartilhas e materiais educativos, realiza oficinas de alimentação alternativa e cursos de manipulação de alimentos, tanto para profissionais como para escolas, creches e centros de saúde, dentre outras entidades. Como estratégia de comunicação, possui um programa diário na Rádio América AM, de grande difusão pelas camadas populares, onde um profissional da Secretaria, por telefone, concede entrevistas de três minutos, abordando questões relativas à boa alimentação.

A Secretaria, entretanto, não possui capacidade suficiente para atender à demanda da população, em razão da escassez de recursos humanos e infra-estrutura.



## 4.2. Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição

Por meio desse programa, a SMAB atua no combate à desnutrição, fornecendo a farinha comum e a enriquecida, que são distribuídas a crianças com mais de dois anos, gestantes e nutrízes<sup>13</sup>, e a farinha enriquecida especial, com 50% de leite integral em pó, para crianças de seis meses a dois anos. São beneficiados aproximadamente 14 mil usuários todos os meses.

A farinha é distribuída por meio de um trabalho conjunto com os 139 centros de saúde municipais, responsáveis pela seleção do público e também pelo acompanhamento das condições ideais de saúde, incentivo ao aleitamento materno e orientação nutricional.

A aquisição da farinha comum e da enriquecida é feita pela SMAB. Atualmente, a farinha enriquecida especial não tem sido regularmente enviada aos centros de saúde, pois o fornecimento do leite em pó pela Secretaria Municipal de Saúde está irregular. A SMAB também fornecia óleo de soja, mas por falta de recursos, deixou de distribuí-lo.

Por intermédio dos cursos do Mercado da Lagoinha ou das Oficinas de Alimentação, são ministradas aulas que ensinam o preparo caseiro da farinha e seu uso como ingrediente no preparo de outros alimentos.

Segundo Jamil Mattar, um dos gerentes da SMAB, o trabalho articulado com a Secretaria Municipal de Saúde permite que os gêneros sejam distribuídos de forma mais ordenada, o que resulta numa melhor distribuição, evita desperdícios e atende ao público que realmente necessita de tais produtos.

---

<sup>13</sup> Mulher que amamenta



## 4.3. Restaurantes Populares e Refeitórios

Em Belo Horizonte, existem dois Restaurantes Populares que atendem, juntos, uma média de onze mil pessoas por dia, cerca de 30 pessoas por minuto, fornecendo refeições a preços subsidiados pela Secretaria Municipal de Abastecimento. Os Restaurantes fornecem almoço, jantar e marmitex; a segunda unidade oferece, ainda, café-da-manhã. Os cardápios são montados por nutricionistas da Secretaria.

O Restaurante II passou por um processo de estudos e planejamento até o momento de sua instalação; encontra-se na região hospitalar da cidade, Bairro Santa Efigênia. Já o Restaurante I, localizado próximo à Rodoviária Municipal, no Centro, foi adaptado em um prédio já existente.

A gestão do programa é realizada pelo poder público municipal, responsável também pela supervisão dos serviços prestados por funcionários de uma empresa terceirizada (Convipe), contratada por licitação. A estrutura dos restaurantes é pequena e auto-sustentada e os recursos são originários do Fundo Municipal de Abastecimento Alimentar<sup>14</sup>. O governo federal, por meio do Programa Compra Direta da Pequena Produção, repassa, desde 2004, recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), responsável pela compra de parte dos gêneros alimentícios dos Restaurantes<sup>15</sup>. O MDS também foi o financiador dos equipamentos do Restaurante II e reparlamento do Restaurante I.

Há uma grande preocupação com a redução de custos, conforme explicou o gerente do Restaurante Popular II, André Pena. Tudo é cuidadosamente planejado, o que reduz as perdas com alimentos a 0,17 %. Mesmo com a elevação das tarifas, aumentos das taxas administrativas pagas à empresa terceirizada, aumentos nos preços dos alimentos, gastos com a manutenção de equipamentos, entre outros, a SMAB vem mantendo o preço da refeição a R\$1,00 desde 2000.

<sup>14</sup> Esse fundo é composto por recursos originários do Tesouro Municipal e recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social.

<sup>15</sup> Isso se dá por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.



# Projeto Conexão Local

O público atendido pelos Restaurantes é formado principalmente por pessoas de baixa renda e idosos. Como a terceira idade tem o direito de andar de ônibus na Região Metropolitana sem ônus algum, muitos idosos, até mesmo de cidades vizinhas, utilizam os serviços dos Restaurantes Populares.

Atualmente, os Restaurantes estão passando por um processo de modernização, que consiste na utilização de cartões eletrônicos, por meio dos quais as pessoas podem comprar refeições para vários dias. A modernização visa à obtenção de um controle mais rígido do número de pessoas que freqüentam os restaurantes, bem como contribuir para a redução das filas nos horários de maior movimento. O processo de fabricação dos cartões se arrasta por meses; apesar de prontos, ainda não estão sendo utilizados em razão de inúmeros problemas técnicos.

Houve muitas controvérsias durante a criação do primeiro Restaurante: muitos defendiam a idéia de que não é papel do poder público fornecer alimentos a preços subsidiados, enquanto outros argumentavam que o direito à alimentação deve ser atendido assim como o direito à saúde e à educação, além de constituir um direito que precede a esses dois.

A criação dos dois Restaurantes repercutiu no comércio do entorno em função do baixo preço cobrado pela refeição subsidiada. Próximo à unidade II, há um restaurante com o nome de “Restaurante Popular da Dona Maria”, o que mostra a tentativa de comerciantes locais de lidar com a concorrência. O impacto na região hospitalar foi menor, pois a maior parte dos restaurantes oferecem refeições a preços mais elevados, uma vez que possuem públicos diferentes. Segundo os comerciantes de lanchonetes e bares da região, houve uma redução na venda de salgados; por outro lado, a procura por doces e cafezinhos aumentou, já que este tipo de produto não é vendido no Restaurante Popular.



# Projeto Conexão Local

A grande reclamação dos comerciantes está relacionada ao aumento da violência nos locais onde os restaurantes foram instalados. Relatam que o número de pedintes aumentou e trouxe como consequência um considerável aumento na incidência de pequenos furtos.

A Secretaria também fornece refeições, produzidas pelos Restaurantes, em outras três regiões da cidade por meio dos Refeitórios do Taquaril, da Câmara Municipal e outro do Mercado da Lagoinha. São atendidas aproximadamente 960 pessoas por dia nesses três Refeitórios.

No Mercado da Lagoinha, o Refeitório possui uma característica diferente dos demais; a Prefeitura cede apenas o terreno e a refeição é fornecida por uma empresa terceirizada pela Coca-Cola, a Sodexo. Com preços subsidiados, somente as pessoas previamente cadastradas por assistentes sociais se beneficiam desse serviço.

A criação desse Refeitório foi discutida pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar, onde foi debatido que tal estabelecimento não atenderia às normas de Segurança Alimentar, já que forneceria refrigerantes durante as refeições. A dúvida não resolvida foi o real interesse da Coca-Cola em adotar essa política, já que se trata de uma organização que nunca esteve envolvida com programas de atendimento à população menos favorecida. Segundo Moisés Machado, consultor da SMAB e Secretário-Executivo do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, havia, na época da criação do Refeitório, uma preocupação para que a Coca-Cola não fizesse marketing com a população carente que este atenderia; além disso, o local onde o Refeitório está instalado fica muito próximo ao Restaurante Popular I. O Conselho criou critérios com o objetivo de impedir o uso da marca Coca-Cola no local, além de fazer alguns reparos ao cadastro utilizado pela Administração Regional Noroeste. Entretanto, estas questões não foram resolvidas.



Está sendo discutida, ainda, a criação de um terceiro Restaurante Popular no Barreiro, Regional Sul da capital, e a venda de marmitas nos terminais do BHBUS (integração de ônibus e metrô) por meio do programa “Marmita Cheia”. Pensa-se também na elaboração de cardápios específicos para o Restaurante II, de modo a atender às pessoas que necessitam de dietas especiais, como diabéticos, grupos dependentes de hemodiálise e hipertensos.

#### 4.4. Distribuição de Cestas Básicas

Belo Horizonte também conta com a distribuição de cestas básicas, fornecidas pela SMAB em situações emergenciais como, por exemplo, em épocas de enchentes. É realizado um trabalho conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), responsável por identificar o público que necessita da cesta.

É fornecida, ainda, uma cesta básica mensal a famílias carentes e desabrigadas, famílias cobertas por programas da SMAS e da Associação Municipal de Assistência Social (AMAS), em caráter transitório e emergencial. O número médio de distribuição é 2.700 cestas mensais para atendimento de rotina às famílias de baixa renda e 500 cestas mensais, no período chuvoso, a famílias desabrigadas.

#### 4.5. Alimentação Escolar e Assistência Alimentar

A merenda escolar sempre esteve sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. Em 1993, com a sua municipalização, o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) passou a fornecer os recursos para a compra dos gêneros alimentícios e produtos básicos de higiene às Prefeituras, exigindo, para tanto, que os municípios contassem com um Conselho de Alimentação Escolar, que pudesse fiscalizar a ação da Prefeitura Municipal no repasse dos fundos, bem como acompanhar as escolas para verificar a qualidade das merendas.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> O valor repassado pelo FNDE é de R\$ 0,18 por criança.

# Projeto Conexão Local

Uma vez que esse trabalho ficou a cargo da SMAB, as escolas passaram a adotar programas mais completos. Antes, apenas recebiam os recursos do governo federal e não contavam com um acompanhamento cotidiano. Conforme o relato de Moisés Machado, “esta parecia uma tarefa sem a devida importância, já que a educação tinha a merenda como um encargo estranho a sua área”. Outro fator a ser destacado é o fato de a Secretaria adquirir quantidades significativas de produtos alimentícios e de higiene (destinados a todo o abastecimento municipal) o que contribui para que os produtos sejam adquiridos a um preço menor e, conseqüentemente, as refeições sejam mais ricas e variadas.

A Secretaria, além de fornecer os gêneros alimentícios, conta com outros programas paralelos e complementares a esse, como os cursos de manipulação de alimentos que permitem às merendeiras aprenderem sobre a qualidade nutricional dos alimentos e o preparo adequado das merendas.

O programa de Alimentação Escolar consiste na distribuição de alimentos às escolas municipais, enquanto o programa de Assistência Alimentar trata da distribuição de alimentos a todas as entidades conveniadas com a Prefeitura, sejam elas creches, asilos, abrigos, entidades de portadores de deficiência, entre outros. A compra desses gêneros é realizada com recursos do Tesouro Municipal por meio de licitação; a Companhia Nacional de Abastecimento fornece apenas parte dos mesmos. Este trabalho é realizado em parceria com a SMAS, responsável pelo cadastramento das instituições, de modo a evitar que as que não necessitam de doações recebam ajuda do poder público e prejudiquem outras mais carentes.

Nas escolas municipais, a merenda assume um papel de grande importância, uma vez que essa refeição é, muitas vezes, a única à qual a criança terá acesso durante todo o seu dia. Por esse motivo, a maioria das escolas fornece a merenda não só no período letivo, mas também no período de férias escolares. Como os recursos repassados pelo FNDE estão previstos somente para o período letivo, o poder público municipal arca com o custo no período das férias. Essas decisões, bem como o funcionamento efetivo da merenda nas escolas, estão diretamente ligadas à figura dos diretores e de seu empenho na realização do programa. Nas escolas visitadas foi possível perceber claramente que o sucesso do programa era resultado da importância que os diretores e demais funcionários das escolas atribuíam à merenda.



Outra questão referente ao programa de Alimentação Escolar diz respeito às cantinas dentro das escolas municipais. Atualmente, o Conselho de Alimentação Escolar está discutindo e sugerindo medidas que contribuam para o controle dos produtos comercializados nas cantinas. As iniciativas visam disciplinar a atuação das cantinas e evitar a venda de refrigerantes e balas, produtos que não atendem à alimentação adequada que se busca oferecer aos alunos.

O fornecimento de alimentos ocorre de acordo com as necessidades de cada instituição; os nutricionistas da Secretaria elaboram sugestões de cardápios que atendem à realidade do público alvo, sua faixa etária, condição econômica e hábitos alimentares, de forma que a população siga uma alimentação saudável e balanceada. O cardápio está diretamente relacionado à lista de produtos alimentícios adquiridos pela SMAB.

Os gêneros não perecíveis são monitorados por meio do Núcleo de Controle de Qualidade da Secretaria e entregues às instituições mensalmente; os perecíveis são entregues diretamente às instituições por cada um dos fornecedores. A fiscalização se dá pela própria instituição e por uma equipe de supervisoras da SMAB, que também auxilia no preparo das refeições e na aplicação dos cardápios elaborados pelas nutricionistas da Secretaria. Estas, por sua vez, são responsáveis pela orientação das merendeiras e averiguação das boas práticas. Esse tipo de fornecimento ainda apresenta uma série de problemas, como, por exemplo, a alta rotatividade dos fornecedores, o não cumprimento dos prazos e a entrega de produtos que não atendem às normas da vigilância sanitária. Por outro lado, a Secretaria reduz seus custos de transporte e otimiza o processo de distribuição de alimentos, uma vez que ela não seria capaz de realizar essa atividade com os recursos de que dispõe.

O programa conta com a atuação de 40 supervisoras que visitam cada instituição pelo menos uma vez por semana. Cada supervisora atende de 10 a 20 instituições localizadas, preferencialmente, em uma mesma Regional Administrativa. Segundo algumas supervisoras, o ideal seria cada uma delas atender a dez instituições, para que a frequência das visitas fosse maior. Entretanto, isso não ocorre em razão do número insuficiente de pessoal. É interessante ressaltar que elas também assumem o papel de assistentes sociais e constituem um canal importante entre cada entidade e a Secretaria.



A SMAB não fornece grande variedade de produtos hortifrutí, ficando a cargo de cada instituição a compra de tais gêneros. Isso se dá em função da dificuldade de comprar, armazenar e distribuir tais produtos. Nesse sentido, há articulação desse programa com o das Hortas Escolares, que contribuem, na maioria das vezes, para complemento das merendas.

#### 4.6. Banco de Alimentos

Implantado em 2003<sup>17</sup>, o Banco de Alimentos é um dos programas mais recentes da Secretaria. Foi criado nos moldes do Banco de Alimentos do município de Santo André, São Paulo, e é tido como Banco modelo pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O programa recolhe, seleciona, processa, embala e distribui, gratuitamente, alimentos impróprios para a comercialização, mas próprios para o consumo, obedecendo a todas as normas da vigilância sanitária. Para tanto, conta com uma rede de cerca de 30 entidades doadoras (entre elas os permissionários do programa Abastecer, primeiros doadores do programa) e 130 receptoras de alimentos. Estas são cadastradas e verifica-se a existência ou não de convênios com a Prefeitura para o recebimento de alimentos pelo programa de Assistência Alimentar. Evita-se, assim, a superposição de ações.

O Banco de Alimentos funciona, portanto, como um canal entre doadores e beneficiários e contribui para a redução do desperdício de alimentos no município, combate à fome e melhoria do estado nutricional da população.

---

<sup>17</sup> Lei Municipal n. 8.617 de 17/07/2003.



# Projeto Conexão Local

O programa está localizado no Mercado Distrital de Santa Tereza. Seu quadro de funcionários é composto por profissionais da SMAB e da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (SMLU). Esta Secretaria é uma das parceiras do programa, responsável pelo processamento de alimentos perecíveis e reaproveitamento dos resíduos orgânicos para a produção de composto orgânico. Também é parceiro o MDS, financiador de todos os equipamentos do Banco (de modo que os custos iniciais de implantação do programa foram muito baixos). O programa conta ainda com o apoio da população, que contribui por meio de trabalho voluntário, realizando o transporte dos alimentos.

Os critérios para a seleção das entidades receptoras são: a instituição deve possuir infra-estrutura que lhe permita transformar alimentos em refeições, não deve receber nenhum auxílio formal ou regular do poder público, deve atender crianças de zero a seis anos, gestantes e nutrízes ou idosos, e deve estar em área de grande vulnerabilidade social.

As doações recebidas pelo Banco de Alimentos, bem como a variedade dos produtos doados e as instituições doadoras são irregulares. O programa não conta com um mecanismo de busca ativa. Além dessa irregularidade, outro grande obstáculo para o aprimoramento do programa é a dificuldade de transporte dos alimentos, tanto para buscá-los das instituições doadoras, como para encaminhá-los aos beneficiados. A responsabilidade pelo transporte fica a cargo destes últimos e também é realizada por alguns voluntários.

O Banco de Alimentos apresenta um grande alcance social. Conta com a participação da sociedade civil por meio de trabalho voluntário e não apresenta indícios de descontinuidade, já que está inserido numa rede de diversas parcerias que formam o núcleo fixo do programa.

A SMAB pretende descentralizar a atuação do programa para todas as Administrações Regionais, por meio da criação de outras unidades, o que facilitaria sobremaneira a distribuição de alimentos.





## 5. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

A criação do Conselho Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar (COMASA)<sup>18</sup>, bem como de muitos outros por todo o país, ocorreu no contexto de tentativas de democratização de decisões que antes eram tomadas exclusivamente pelo poder público, enquanto a sociedade era excluída desse processo. Da mesma forma, pode-se dizer que havia um cenário de mobilização social por meio da Ação da Cidadania que lutava pela melhoria das condições nutricionais dos brasileiros. Pessoas como Herbert de Sousa (Betinho), Frei Betto e Leonardo Boff lutavam pelo fim da fome no Brasil. De acordo com relatos de uma militante da Ação da Cidadania, Janice Salomão, a Igreja teve grande participação neste processo, já que os bolsões de pobreza ainda não haviam sido mapeados e as instituições religiosas eram as únicas que sabiam “onde estava a pobreza”.

Com o poder público disposto a criar canais de participação social e com a sociedade mobilizada de forma responsável e sensível às questões sociais, o conselho foi criado e, ainda de acordo com Janice, constituía, de fato, um canal de comunicação entre o poder público e a sociedade civil.

Entretanto, em 1997, quando Rogério Colombini foi nomeado Secretário Municipal Adjunto de Abastecimento, pelo então prefeito Célio de Castro, o COMASA foi esvaziado, uma vez que o secretário optou por não tomar posse da presidência do Conselho dentro do prazo proposto.<sup>19</sup> Este contava com a participação de diversos atores sociais, representantes de órgãos governamentais, trabalhadores, consumidores e também da iniciativa privada. Após sua extinção, houve um longo período em que o diálogo com outros atores da sociedade foi prejudicado, mas não interrompido, pois antigos membros do COMASA continuaram atuantes nos programas da Secretaria.

<sup>18</sup> Lei Municipal nº. 6.379 de 10/1994.

<sup>19</sup> Era uma exigência deste Conselho que o presidente do mesmo fosse o Secretário Adjunto de Abastecimento.

A partir daí, foi formado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) em 2003, de caráter deliberativo. A formação do Conselho era uma exigência do MDS para que o repasse de verbas aos programas fosse possível. O COMUSAN atuou até o ano seguinte, quando Maria Regina Nabuco, presidente do Conselho, veio a falecer. Em função da impossibilidade do vice-presidente de assumir a posse, os membros passaram oito meses sem se reunir. Somente em julho de 2005 o Prefeito Municipal nomeou os conselheiros do COMUSAN.

Questionados a respeito dos motivos que levaram ao esvaziamento do COMASA, os atuais conselheiros disseram que durante a gestão da antiga secretária, Maria Regina Nabuco, havia real interesse em ampliar a participação popular nas decisões da Secretaria e medidas para que essa participação se efetivasse foram tomadas. Entretanto, não foi criado um canal formal de participação de forma que, após a posse de outro governante, a atuação do Conselho pôde ser facilmente reduzida. Janice acrescenta, ainda, que este problema se reflete em quase todos os programas da Secretaria, pois, em sua maioria, os atuais gerentes da SMAB preocupam-se pouco com os interesses da sociedade civil.

## 6. Considerações finais

A criação da Secretaria como um espaço destinado ao exercício da política de Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte representa a importância desta questão para a plataforma política que elegeu Patrus Ananias como prefeito municipal. Seu sucesso deve-se não só à prioridade que tal política recebeu durante essa gestão, mas também à competência e comprometimento da equipe dirigente da Secretaria na elaboração e adaptação de cada um de seus programas. A própria Maria Regina Nabuco, primeira Secretária Municipal de Abastecimento, constituiu uma figura de enorme importância no processo de formação da SMAB e condução de suas políticas. Mesmo com a Reforma Administrativa da Secretaria, realizada em 2001, que, entre outras medidas, criou novos cargos e nomeou novos gerentes para cada departamento, e com a figura de um novo secretário pertencente a outro partido, a Secretaria ainda pôde contar com a competência de sua equipe. Esta, embora alocada para cargos hierárquicos mais baixos, continuou atuando de forma responsável e admirável, o que possibilitou não apenas que os programas já existentes fossem mantidos, mas também que outros fossem criados.



# Projeto Conexão Local

Em 1993, a equipe da SMAB possuía um contato muito próximo e constante com cada um de seus beneficiários. Segundo o relato de diversas pessoas, a equipe da Secretaria estava sempre presente e os beneficiários dos programas sentiam que seus interesses estavam de fato sendo atendidos, sem contar que havia uma relação muito próxima entre eles. Uma vez implementados, não houve a preocupação de se criarem formas institucionais de participação popular, o que, com o tempo, acabou tornando-se uma das maiores fraquezas dos programas, embora eles sejam representados pelo COMUSAN. Alguns programas, como o Direto da Roça e a Feira Orgânica possuem associações de produtores, o que facilita a comunicação com o poder público, mas a maioria dos programas não apresenta mecanismos facilitadores desse diálogo, como associações e cooperativas.

Outro ponto a ser destacado é a falta de acompanhamento e avaliação freqüente dos programas, como forma de identificar os problemas e elaborar soluções e novas medidas, de modo a atender às alterações na demanda pelos serviços prestados. Ainda assim, os programas continuam atuantes por mais de dez anos, sem apresentar descontinuidades, nem mesmo por interesses políticos, fato que representa, sem dúvida, um grande avanço.

De modo geral, pode-se dizer que, observados separadamente, cada um desses programas mostra seus avanços e suas dificuldades. Quando vistos como um todo, constituem uma série de iniciativas que complementam umas às outras. Dessa forma, a política de Segurança Alimentar de Belo Horizonte atua na produção de alimentos, controla o comércio dos mesmos e também educa a população quanto ao seu consumo adequado. Ao mesmo tempo em que possui políticas de caráter assistencialista, atendendo àqueles que se encontram em situações emergenciais, também fornece à população mais carente, por meio do acesso ao alimento, condições para que possa exercer os seus direitos de forma mais ampla.



## 7. Sobre a experiência

Conviver durante um mês com uma experiência como a de Belo Horizonte foi extremamente enriquecedora sob vários aspectos. Em primeiro lugar, tal riqueza se deve à imensa quantidade de conhecimentos que foi possível adquirir a partir do contato com os mais diferentes atores sociais do município, como os profissionais da SMAB, com os beneficiários dos programas e a até mesmo com aqueles que de certa forma, antipatizam com determinadas posturas da Secretaria. O dia-a-dia em um município diferente, com costumes e hábitos diversos foi também fonte de grande aprendizagem. Além disso, a possibilidade de observar os conhecimentos adquiridos em aula aplicados nas práticas da equipe da Secretaria, o funcionamento de tal órgão público, as relações de poder existentes internamente na SMAB e também os conflitos resultantes dos diversos interesses de cada grupo social e a maneira como estes são administrados foi, sem dúvida, maravilhoso.

A oportunidade que o Projeto Conexão Local nos ofereceu, nessa experiência, não só atendeu ao seu objetivo, como foi muito além. Foi capaz de fornecer uma visão muito mais ampla e rica da realidade, contribuindo até mesmo para que preconceitos fossem rompidos e uma vontade de participar efetivamente da administração pública no Brasil se afirmasse, apesar de todas as deficiências que ela apresenta, o que não deixa de constituir um desafio do qual vale a pena participar.

Gostaríamos, por fim, de agradecer imensamente o apoio e companheirismo de Moisés Machado, consultor da Secretaria e Secretário-Executivo do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, que nos acompanhou durante a pesquisa de campo e elaboração deste relatório.



## 8. Anexos

### 8.1. Bibliografia

GIUDICE, Patrícia. Restaurante Popular faz 11 anos e será ampliado. O Tempo, Belo Horizonte, p. B7, 13 jul. 2005.

GIUDICE, Patrícia. Barreiro terá restaurante popular. O Tempo, Belo Horizonte, 6 jul. 2005.

Diário Oficial do Município. Belo Horizonte, 01 jan. 2005.

Diário Oficial do Município. Belo Horizonte, 12 mar. 2005.

CEASAMINA, 2004. Projeto Banco de Alimentos. Relatório de Pesquisa. Junho 2004.

CEDEPLAR, 2005. Projeto Belo Horizonte no Século XXI. Relatório de Pesquisa. Maio 2005.

COELHO, Magda Prates (Coord.). A Política de Abastecimento Alimentar da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Projeto IRDC - IUPERJ (RJ); CEURB/UFMG (MG). Rio de Janeiro, 1996. (Relatório de Pesquisa).

COSTA, Cristhiane. Programa Abastecer e Comboio do Trabalhador. In: 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

GONÇALVES, Norma Duarte (Coord.). Relatório de Pesquisa Restaurante Popular. Belo Horizonte: SMAB/PBH, 2001.

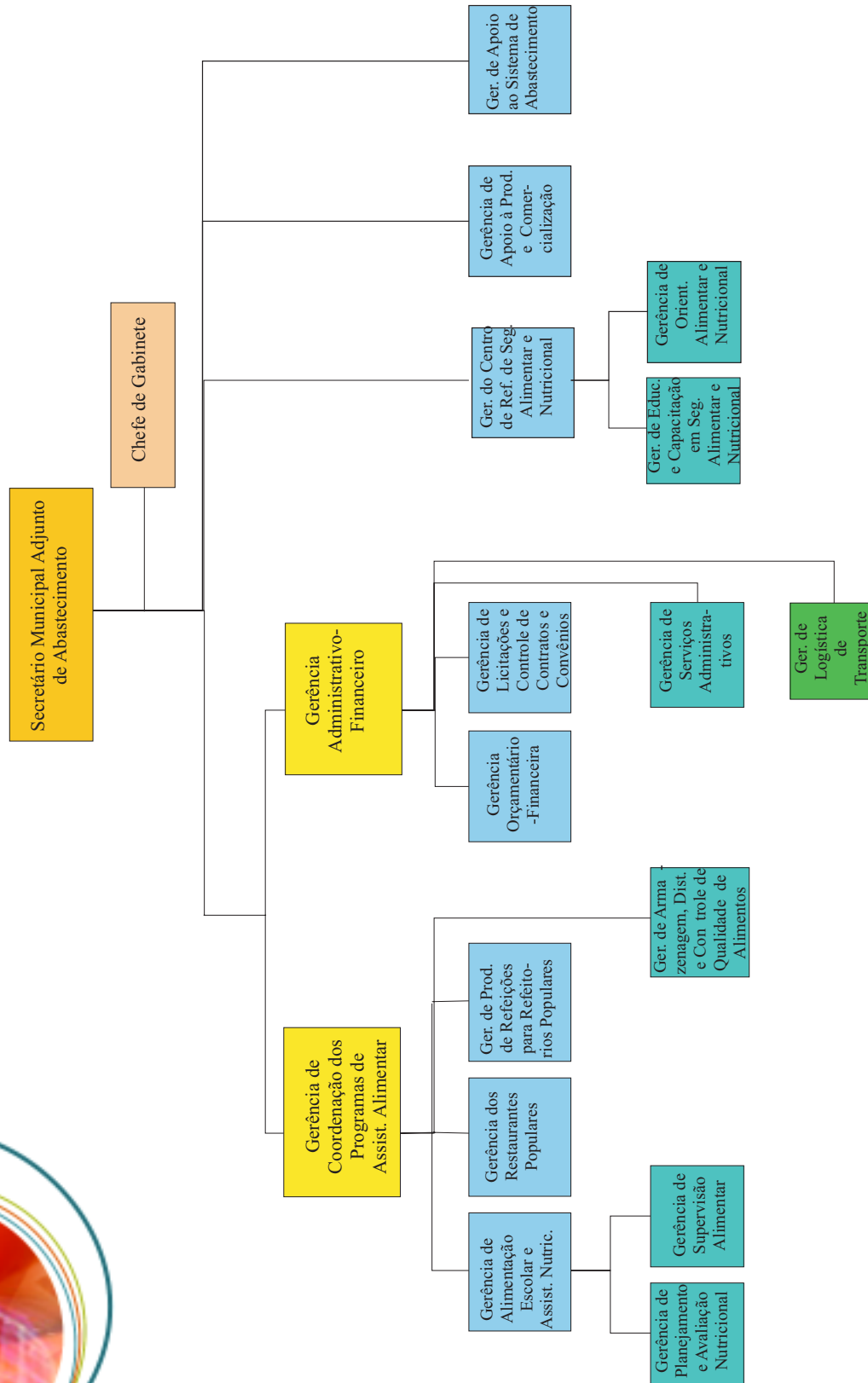
MACHADO, Moisés. 10 Anos de Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar. Belo Horizonte, 2003. Brochura.





# Projeto Conexão Local

## 8.2. Organograma SMAB



## 8.3. Relação dos Entrevistados<sup>20</sup>

Nome	Ocupação
Alberto Lauro Batista da Silva	- Analista de Políticas Públicas
André Pena	- Gerente do Restaurante Popular II
Ângela Márcia Cury	- Fiscal de Posturas (Feiras, sacolões e mercados)
Benvindo Pinto Coelho	- Produtor do Direto da Roça
Desidério Junqueira Neto	- Gerente do Depto. de Incentivo à Produção de Alimentos Básicos
Eduardo Granha Magalhães Gomes	- Secretário Municipal Adjunto de Tecnologia e Informação
Fernando Santos	- Superintendente da CONAB
Gerney Cavalcante Galvão Filho (Frade)	- Produtor Orgânico
Elenice Lamounier Carvalho de Freitas	- Extensionista Agropecuária - EMATER
Heloísa Helena Silva Moreira	- Analista de Políticas Públicas
Itamar de Paula Santos	- Membro do COMUPRA
Jamil Amim Galuppo Mattar	- Gerente do Depto. de Alimentação Escolar e Assistência Nutricional
Janice Salomão	- Vice-presidente do COMUSAN
João Ávila	- Gerente do Depto. de Gerenciamento do Sistema de Abastecimento Alimentar
José Antônio Leandro Santos (Demétrio)	- Técnico Agrícola
José Estevão Avelar	- Produtor Orgânico
José Maria Ribeiro	- Produtor Orgânico
José Raimundo Faleiro	- Técnico Agrícola
Karina Vasconcelos Teixeira	- Analista de Políticas Públicas
Márcio Tadeu Figueiredo	- Responsável pelo Mercado da Lagoinha
Marcos Luiz da Cunha Jota	- Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
Maria Ângela Girioli	- Gerente do Depto. de Defesa e Promoção do Consumo Alimentar
Maria Beatriz de Castro Oliveira	- Coordenadora do Programa Armazém da Roça
Moisés Machado	- Consultor da SMAB e Secretário Executivo do COMUSAN
Neide. A. Amorim	- Produtora do Direto da Roça
Ozório Gonçalves	- Produtor Orgânico
Regina de Oliveira Rodrigues de Oliveira	- Coordenadora do Programa Banco de Alimentos
Regino Amorim	- Produtor do Direto da Roça
Roberto Alves da Silva	- Administrador cedido pela URBEL (Orçamentos)
Roberto de Lima Vieira (Robertinho)	- Gerente de Licenciamento do Sistema dos Programas e Feiras
Rodrigo Fortes Magalhães Drumond	- Gerente de Licitações, Controle de Cadastros e Convênios
Rogério Colombini Duarte	- Secretário Municipal Adjunto de Abastecimento
Valdir Altair Guimarães	- Extensionista Agropecuário - EMATER
Vantuil Bahia da Rocha	- Produtor do Direto da Roça
Wilson Bastos Batista	- Gerente do Cestão Popular

<sup>20</sup> Foram entrevistados, ainda, diversos beneficiários dos programas, supervisoras de merenda, motoristas da Prefeitura, funcionários da Secretaria, entre outros.



Permitida a reprodução desde que citada a fonte

